
Alain El Youssef

Mestrando em História
pela Universidade de São Paulo

André Nicacio Lima

Mestrando em História
pela Universidade de São Paulo

Bruno Fabris Estefanes

Mestrando em História
pela Universidade de São Paulo

COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.).

De um império a outro. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX.

São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007. 342p.

Nessa coletânea de artigos, originalmente apresentados no simpósio *De um Império a Outro, Conflito e Construção*, ocorrido no encontro da Anpuh, em 2005, percebem-se duas intenções. A primeira, explícita em seu subtítulo, é a de entender o processo histórico de formação do Estado nacional brasileiro, situando o seu cerne no século que vai de 1750 a 1850. A outra transparece na idéia de mudança contida em seu título. Ao proporem que o estudo da formação do Estado brasileiro exige o acompanhamento das transformações implicadas no movimento de um império (o português) a outro (o do Brasil), as organizadoras colocam-se em uma linhagem historiográfica que vem superando a idéia de que a unidade política derivou quase que naturalmente da "herança da colonização". Trata-se, em outras palavras, de se atentar para as peculiaridades da relação dialética entre permanências e mudanças no período de formação da nacionalidade brasileira, o que é realizado no livro por meio da reunião de estudos monográficos sobre diversos espaços, temporalidades, e dimensões da realidade.

Lembrada desde a Introdução, a necessidade de se "ultrapassar os estreitos limites da 'história regional'" e, com ela, a "visão dicotômica entre o 'centro' e as 'partes'" (p. 17) é uma preocupação marcante na obra, reafirmada em muitos dos artigos que a compõem. As diversas leituras das experiências coloniais enriquecem a percepção de que a colonização portuguesa na América resultou em um mosaico societário, político e identitário, assim como a de que esta diversidade se expressava mesmo décadas depois da Independência. Exemplo disso é a trajetória de Minas Gerais, analisada por Alexandre Mendes Cunha na perspectiva das diferenciações regionais e de suas implicações políticas. O reconhecimento das especificidades, neste caso, parte de uma "leitura da precocidade no processo de formação de uma base urbana nesse espaço, e do entendimento de que é exatamente esta base que viria a ser a responsável pela progressiva construção do espaço rural, e não o contrário" (p. 202). Trabalhando com as listas de votantes, o autor realiza ainda um levantamento da distribuição regional e das atividades econômicas dos eleitores mineiros. Com isso, oferece elementos para que se percebam as relações entre as dinâmicas regionais e a representatividade política na formação da província de Minas Gerais.

Também marcada pela precocidade urbana, a trajetória de Mato Grosso é analisada por Nauk Maria de Jesus da perspectiva das tensões regionais, expressas desde a criação da capitania e de sua sede, em meados do século XVIII. Os "boatos e sugestões revoltosas", que opunham colonos de Cuiabá - a primeira vila e o principal núcleo urbano do extremo oeste - ao reiterado esforço da Coroa em consolidar Vila Bela como capital mato-grossense expressam, além de um tensionamento entre espaços regionais, outro que opunha interesses engendrados na colonização àqueles que orientavam a política metropolitana. No caso de Mato Grosso, como no de Santa Catarina, analisado por João Rafael Moraes de Oliveira, é sobretudo a importância estratégica dessas capitanias que orienta a política portuguesa, sendo a condição de fronteira, nesses espaços, fator determinante na forma como se manifestou a crise da colonização lusa na América.

O reformismo e as dinâmicas regionais estão também no escopo de Ana Paula Medici, que analisou os conflitos que permearam o desenvolvimento da agricultura comercial na capitania de São Paulo entre 1782 e 1822. O caso paulista contrasta claramente com as situações periféricas do extremo oeste ou de Santa Catarina, pois, no decorrer dos Setecentos, "São Paulo transformou-se de região de fronteira à área de enraizamento de interesses ligados à produção e comércio de gêneros agrícolas, voltados tanto ao mercado americano quanto ao europeu" (p.257). Para revelar as disputas políticas e econômicas que permeavam esse processo, a autora valeu-se, sobretudo, dos relatos de quatro memorialistas, cujos traços biográficos nos mostram suas ligações com distintos grupos de poder locais, em nome dos quais escreviam defendendo novas formas de controlar a mão-de-obra, ocupar e cultivar a terra, além de dominar a estrutura comercial e fiscal. Esses grupos estavam cada dia mais interessados em estreitar as redes de comércio com o centro do Império, o que quer dizer que, a partir de 1808, os esforços de modernização das estruturas produtiva e governativa da capitania passaram a mirar a consolidação do estabelecimento da Corte em território americano.

Quanto ao processo de emancipação, tema clássico, mas sempre atual nas reflexões sobre a "nossa formação", vale destacar que um avanço muito importante da revisão historiográfica que guia os artigos do livro é perceber que a Independência não se limita aos eventos da Corte e que as diversas dinâmicas não podem ser reduzidas a "reações" ou a "localismos". Exemplar a esse respeito é o trabalho de André Roberto de Arruda Machado, que mostra como a incorporação do extremo norte da América lusa ultrapassou e muito os limites do marco de 1822, destacando que, até 1825, diversas alternativas políticas foram vislumbradas como um futuro possível pelos partidos do Grão-Pará, inclusive duas de importante repercussão que negavam a autoridade do Rio de Janeiro: a Confederação do Equador e a expectativa de reconquista da Província por Portugal. Frente ao vácuo de poder causado pelo rompimento com Lisboa e a incerteza das instruções vindas da Corte fluminense, a independência era vista como possibilidade de garantir projetos de futuro, e não apenas pelos grandes proprietários. A amplitude dos conflitos do Grão-Pará só pode ser compreendida sabendo-se que foi massiva a presença de tapuios, índios destribalizados que viviam pelas vilas e povoados da província, os quais lutaram igualmente em nome da "verdadeira causa da independência", fazendo dela a chance de elidir as estruturas que sustentavam a exploração compulsória de seu trabalho.

O texto de Argemiro Ribeiro de Souza Filho também destaca a violência envolvida na resolução dos conflitos da Independência, afirmando que "a consolidação do projeto de Estado imperial e centralizador na província baiana exigiram o enfrentamento das forças político-sociais e militares aí atuantes" (p.309). O autor concentra-se nos desdobramentos de um conflito de jurisdição entre os governos da Bahia e de Minas Gerais, no alto sertão baiano, cuja resolução "reitera a tese de que no Primeiro Reinado a autonomia provincial dependeu demasiadamente do poder central" (p. 308). Diante dessas diferentes dinâmicas políticas, o livro não nos deixa, porém, perder de vista que os acontecimentos que envolveram o Príncipe Regente e sua Corte foram cruciais para o desfecho provisório da crise aberta pelo constitucionalismo. Como aponta Vera Lúcia Nagib Bittencourt, em seu artigo sobre a *Viagem a Minas*, "o retorno de D. Pedro, com sua autoridade respaldada pelos arranjos acertados em Minas, era

passo fundamental para que as resistências no Rio de Janeiro pudessem ser controladas ou postas em situação de aceitar negociações" (p.239-240) – o que, por sua vez, era condição para que o "sistema do Rio de Janeiro" se consolidasse como opção política nas outras partes do Brasil

Além desta percepção da multiplicidade de dinâmicas políticas no processo de Independência, merece destaque no livro a questão das abrangências, preocupação do artigo de Maria Aparecida Silva de Sousa, *Independência e soberania nacional na América luso-espanhola*. Ainda que não se trate de um estudo comparativo ou de uma análise sistemática das influências recíprocas entre as experiências hispano-americana e luso-brasileira, o estudo permite perceber tanto algumas diferenças entre os processos, quanto o caráter geral da crise da qual emergiram cabildos e juntas, como bases institucionais e espaços de aprendizado político em períodos de rompimento entre metrópoles e colônias. Ainda sobre o período da crise da Independência, mas com preocupações distintas, o texto de Paulo Henrique Martinez busca compreender o "processo de acumulação primitiva de capital e de internalização dessa acumulação" (p.51) levada a cabo pelo Ministério dos Andradas. Ao se ater sobre um aspecto pouco explorado pela historiografia, o texto acaba iluminando o empenho incipiente do recém-criado Estado nacional brasileiro "em organizar e disciplinar a sociedade no aproveitamento do mundo natural" (p.62).

Destacam-se ainda os estudos sobre as negociações e os conflitos ocorridos durante a construção do Estado imperial, tendo como foco o papel que as elites regionais tiveram nesse processo. Para o caso mineiro, Andréa Lisly Gonçalves demonstra como (e por que) nas revoltas de 1831-32 e, sobretudo, na Revolta do Ano da Fumaça, em 1833, as elites mobilizaram ou deixaram de mobilizar a população liberta e escrava nas disputas entre caramurus e moderados. Outros autores, por sua vez, ressaltam que a história do período regencial não foi feita apenas de conflitos. Álvaro Antônio Klafke, ao investigar os artigos publicados n'*O Propagador da Indústria Rio-Grandense* entre 1832 e 1834, demonstra que, "em uma conjuntura local (especialmente), mas também nacional adversa às justificativas centralistas", o jornal da elite portuária da Vila do Rio Grande "tomava posição, permanente e intransigentemente, em favor da integridade imperial e da autoridade do governo monárquico" (p. 150). Tal constatação implica na existência de um grupo rio-grandense que, ao combater idéias autonomistas, defendia a proposta de um Estado imperial unificado.

A imprensa também serviu como fonte em outros dois artigos da coletânea. Ariel Feldman analisa *O Carapuceiro*, entre 1832-33, com o intuito de "trazer elementos que possam melhorar o entendimento da configuração específica assumida pelos espaços públicos da discussão política em Pernambuco" (p.313). O estudo permite perceber que a ampliação da esfera pública de tipo moderno não excluía as "formas de sociabilidade arcaicas", configurando o hibridismo desse espaço. Já Ivana Stolze Lima sustenta que as línguas africanas acabaram ocupando "um certo 'não-lugar' nas elaborações sobre a língua nacional" (p.77) e que mesmo presentes no universo lingüístico – por exemplo, na literatura e na imprensa – essas eram negligenciadas.

Sobre a dinâmica partidária no Segundo Reinado, há dois artigos. Erik Hörner atém-se a um dos confrontos entre legalistas conservadores e liberais paulistas no ano de 1842 e propõe questionar as opções de testemunhas e historiadores do evento, confrontando versões. Em oposição à interpretação que atribui aos rebeldes uma vergonhosa debandada, Hörner

mostra que pode ter ocorrido um recuo estratégico diante de notícias de outra frente de combate. No entanto, foi a versão da fuga que atravessou décadas de leituras do episódio, transformando-se em "fato histórico", o que deixa entrever a hegemonia que os conservadores construíam na política e na própria interpretação daquele tempo. Eide Sandra Azevêdo Abrêu, por sua vez, lança luzes sobre a década de 1860, abordando o projeto de descentralização defendido por Tavares Bastos. Encontra-se, em *A Província*, uma leitura da história do Império valorizando as reformas da década de 1830 e conferindo um caráter negativo à "reação" conservadora. O autor estabelecia, assim, um discurso sobre qual seria a verdadeira tradição liberal, ao mesmo tempo em que defendia um projeto civilizador, no qual as províncias tinham papel primordial e que se pretendia oposto ao que os conservadores vinham impondo.

De capitánias a províncias, de um Império a outro: se a idéia de uma herança natural está sendo superada, isso não deve obscurecer a importância que teve a apropriação do que os construtores do Estado imperial entendiam como um legado. Quanto a isso, o artigo de Helena Miranda Mollo sobre o "amalgama de tempo e espaço" na obra de Francisco Adolfo Varnhagen é uma contribuição fundamental. Percorrendo a *História Geral do Brasil* e os escritos de caráter geopolítico do autor – *Memorial Orgânico* (1849-51) e *A Questão da Capital - Marítima ou Interior?* (1877) –, a autora explora as concepções de tempo e espaço que orientavam a visão que o historiador tinha da trajetória brasileira: um território originado pela formação geológica, a "ilha-Brasil", cuja manutenção da unidade foi a grande tarefa da Monarquia na passagem do Império português para o brasileiro. Com isso, encontramos o que está na origem das armadilhas das quais os historiadores têm buscado se desvencilhar. A autora apresenta indícios reveladores do peso das contingências políticas da formação do Estado imperial no pensamento daquele que, tal qual Heródoto, buscava "a construção da identidade por meio da observação e construção de diferenças" (p. 116). Preocupações práticas e produções simbólicas que não podem ser separadas no processo de construção que, segundo o artigo de Ilmar Rohloff de Mattos que inspirou a organização do simpósio *De um Império a Outro*, teve como traço mais significativo uma *expansão para dentro*.

Valorizando sempre a *herança*, Varnhagen é surpreendido agindo como *construtor* exatamente quando se preocupa com a expansão do Império para dentro de suas fronteiras: são as comunicações com o interior, que formam "as veias e as artérias do Estado", são os indígenas entendidos como entrave, é a proposta de mudança da capital, visando uma distância menos desigual entre a Corte e as diferentes províncias. Enfim, é o que se poderia chamar de uma geopolítica interior, cujo objetivo parece ter sido o de fundir num Estado centralizado o que a princípio era um mosaico societário, político e identitário – este sim um legado cuja existência era forçoso negar naqueles momentos.

De um Império a outro é expressão de um amplo e diversificado esforço coletivo e, como tal, apresenta uma multiplicidade de verticalizações que, em seu conjunto, formam parte da matéria de cuja sedimentação depende a resolução do "enigma brasileiro".